



ATA DE REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2022

Aos vinte e nove dias de julho de 2022 realizou-se na sede da Secretaria de Educação, reunião do CACS FUNDEB Mauá para análise da documentação apresentada aos conselheiros presentes, conforme lista de presença anexa. Foram apresentados: o quadro de receitas e despesas da educação referentes ao segundo trimestre do ano corrente, o arquivo da folha de pagamento da educação, os extratos bancários da conta do FUNDEB, o anexo 08 SIOPE e aberto o link de prestação de contas do Programa Nacional de Transporte Escolar. A reunião foi conduzida pela Profª Débora Sibil Costa, supervisora de ensino que secretaria o conselho do FUNDEB. Aberto o Quadro de Receitas e Despesas da Educação foi explanado à respeito dos impostos recolhidos ao Município, sobre as contas bancárias aonde são aplicados os recursos da educação e de que maneira eles são despendidos. Foi explicado à respeito da retenção dos recursos "à cesta estadual" do FUNDEB como colaboração aos municípios que não atingem o valor aluno anual FUNDEB estabelecido pelo governo Federal, anualmente por meio de Portaria Conjunta entre o MEC e o Ministério da Economia. Os entes federativos deverão usar os recursos do Fundeb exclusivamente em sua atuação prioritária definida na Constituição: os municípios cuidam da educação infantil e do ensino fundamental; e os estados, do ensino fundamental e médio. Assim, o dinheiro não poderá ser aplicado, por exemplo, em universidades, pois o ensino superior é de responsabilidade prioritária do governo federal. Os conselheiros tiveram a informação sobre os órgãos fiscalizadores de contas dos entes federados, como por exemplo a AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos que se trata de uma Divisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para o aperfeiçoamento do controle de gestão governamental, aprimorando os procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizadores. A planilha de receitas e despesas da educação é publicada em Diário Oficial do Município e encaminhada com o Parecer do Conselho do FUNDEB para o TCESP. Essa planilha tem por objetivo mostrar dados das receitas e despesas recebidas à conta da Educação trimestralmente. Na mesma medida são informados no SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Público em Educação, bimestralmente, esses dados. Os dados são os mesmos, defere apenas o período da prestação de contas. Aberta a folha de pagamento, esta foi visualizada pelos conselheiros e foi dada explicação sobre a atual abrangência da Lei Federal do FUNDEB que ampliou a possibilidade de aplicação dos recursos do FUNDEB que na legislação passada referia aos Profissionais do Magistério e que atualmente se refere aos Profissionais da Educação Básica o que possibilita o dispêndio dos recursos financeiros com todos os profissionais alocados nas Escolas da Rede Municipal de Educação. Questionamentos foram feitos pelos conselheiros e as dúvidas foram sanadas. A reunião se encerra com a aprovação das contas e emissão do Parecer favorável à aplicação dos recursos do FUNDEB. Nada mais a se tratar, eu Débora Sibil Costa que presidi a reunião, registro a presente Ata que tem como anexo a

lista de presença dos conselheiros.

XX
XX
XX
XX

Quais servidores podem ser pagos com os 70% do novo FUNDEB?

Antes da entrada em vigor da legislação que regulamentou o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, praticamente apenas os professores e demais profissionais ligados diretamente à atividade docente poderiam ser remunerados com os recursos do referido fundo (parte relativa aos 60% ou 70%).

No ano de 2020, a Lei Nacional n.º 14.113/2020 ampliou o rol de servidores que poderiam ter sua remuneração paga com a parcela dos 70% do FUNDEB. A predita norma estabeleceu que "proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício" (art. 26).

Após alteração do marco regulatório promovida pela Lei Nacional n.º 14.276, de 27 de dezembro de 2021, o conceito de profissionais da educação básica sofreu nova modificação, passando a abranger os docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e **profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional**, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica (art. 26, § 1º, inciso II, da Lei 14.133/2020).

Percebe-se que a legislação autorizou o pagamento de salários não só dos professores, mas também dos servidores administrativos. Todavia, devido as diversas alterações no conceito de "profissionais da educação básica", principalmente nos anos de 2020 e 2021, deve-se atentar para as categorias de trabalhadores que podem ser pagos com os 70% do fundo.

Acerca deste ponto, é importante destacar resposta de consulta efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG esclarecendo o assunto, notadamente alertando quanto ao pormenor da exigência anterior de titulação para os funcionários de apoio, senão vejamos:

1. Entre a publicação da Lei n. 14.113/2020 e a publicação da Lei n. 14.276/2021, os ocupantes dos cargos de "monitor de creche" e de "servente escolar", que detinham título previsto no art. 61 da LDB, poderiam ser remunerados à conta dos 70% dos recursos do Fundeb e ser beneficiários de eventual abono, se portadores dos diplomas previstos no art. 61 da Lei n. 9.394/1996;

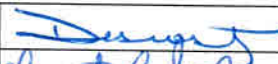

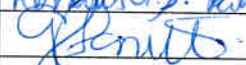
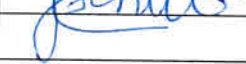
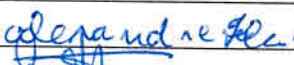
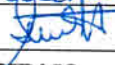


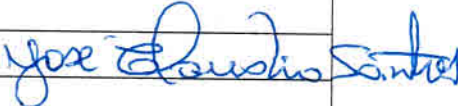

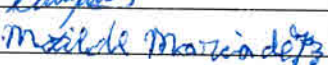
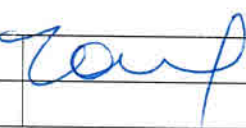
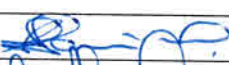

2. A partir da publicação da Lei n. 14.276/2021, os ocupantes dos cargos de "monitor de creche" e de "servente escolar" podem ser remunerados à conta dos 70% dos recursos do Fundeb e ser beneficiários de eventual abono, sob a condição de profissionais de apoio técnico, administrativo e operacional, sem exigência de formação específica.

Em suma, ressalvado esse período de sucessivas alterações legislativas, atualmente pode-se pagar a remuneração, com recursos dos 70%, dos seguintes servidores públicos: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica.

Saiba mais sobre o novo FUNDEB acompanhando a Revista Gestão Pública Municipal. [Assine GRÁTIS.](#)

LISTA DE PRESENÇA

Reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
Dia: 29/07/2022

| | |
|---|---|
| I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO: | |
| TITULAR: DÉBORA SIBIL COSTA |  |
| TITULAR: RENATA ALZIRA DOS SANTOS PARRA PERES |  |
| SUPLENTE: GERALDINA FERREIRA CANUTO |  |
| SUPLENTE: MARIA DE LOURDES ZANBRÃO DA CRUZ |  |
| II– REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS | |
| TITULAR: ALEXANDRE FEHER |  |
| SUPLENTE: SIMONE DOS SANTOS AFFONSO FRANCISCO |  |
| III– REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS | |
| TITULAR: SHEILA SALEPSIS |  |
| SUPLENTE: ROSANA MACIEL BILAR |  |
| IV– REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS | |
| TITULAR: JOSÉ CLAUDIO SANTOS |  |
| SUPLENTE: JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA | |
| V– REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL | |
| TITULAR: VALDETE DOS SANTOS SOUZA | |
| TITULAR: BERENALDO BRITO DA SILVA |  |
| SUPLENTE: MATILDE MARIA DE JESUS SILVA |  |
| SUPLENTE: PEDRO HENRIQUE PEREIRA DE JESUS | |
| VI– REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS | |
| TITULAR: QUEILA MANFRINATTO DE ALCÂNTARA BASTOS | |
| TITULAR: AKÁSSIA SANTANA DE ANDRADE | |
| SUPLENTE: EDNALVA EVANGELISTA PEREIRA | |
| SUPLENTE: JEAN CRUZ SANTOS | |
| VII– REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| TITULAR: MARIA CRISTINA MORGADO LOUREIRO |  |
| SUPLENTE: FILOMENA FRANCO DE OLIVEIRA | |
| VIII– REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR | |
| TITULAR: CINTIA PEREIRA DO NASCIMENTO SILVA | |
| SUPLENTE: FABIANA GUERRA | |
| IX– REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL | |
| TITULAR: AGNES SANINO DA SILVA |  |
| TITULAR: MARIA APARECIDA DOS SANTOS |  |
| SUPLENTE: MARLENE BITENCOURT TREVISAN | |
| SUPLENTE: MARLENE VIEIRA DE ALMEIDA SILVA | |